

CORREIO NACIONAL



Objetivo é criar momentos lúdicos de aprendizagem

Jogo ensina crianças sobre segurança online

Para que as crianças e adolescentes possam aprender, de forma lúdica, sobre como usar a internet de forma segura, o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), desenvolveu o jogo de tabuleiro Segurança Online. Fácil de brincar, ele está disponível gratuitamente no site da entidade e pode ser utilizado por educadores e pais para conscientizar

as crianças sobre como é possível navegar pela rede de forma segura.

O passatempo foi lançado durante o evento Dia da Internet Segura.

“O objetivo desse jogo é criar momentos lúdicos e divertidos de aprendizagem sobre o uso seguro e responsável da internet. Com dicas sobre segurança online, o jogador irá se deparar com situações positivas e negativas envolvendo tecnologia”, explicou Miriam von Zuben, analista de segurança do CERT.br

Etnia como sobrenome em registros

As pessoas indígenas podem agora inserir em cartório, no registro civil, o nome de sua etnia como sobrenome.

Além disso, é possível registrar também a naturalidade como sendo da aldeia ou do território onde a pessoa nasceu, ao lado do respectivo município onde a localidade

está situada.

As novidades fazem parte de uma mudança na resolução que regulamenta o registro civil de indígenas nos cartórios brasileiros.

A alteração foi confirmada na terça-feira (11) pelo plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Anvisa pede esclarecimentos

A Anvisa solicitou mais informações e dados complementares sobre a vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan.

Em nota, ela informou que concluiu, de forma antecipada, a análise de dados de qualidade, segurança e eficácia apresentados.

“A equipe técnica da agência solicitou informações e dados complementares necessários para o seguimento da análise. Os questionamentos enviados contemplam dúvidas relacionadas aos três pacotes de dados apresentados pelo Instituto Butantan”, destacou a Anvisa.

Anvisa aprova novo tratamento

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do crovalimabe, um anticorpo monoclonal indicado para o tratamento da hemoglobínúria paroxística noturna (HPN), condição sanguínea rara.

A medicação é indicada para pacientes adultos e pediátricos, com

13 anos ou mais, e com peso corporal de pelo menos 40 quilos (kg). De acordo com a Roche Farmacêutica, fabricante do crovalimabe, trata-se do primeiro tratamento subcutâneo com aplicação rápida de baixo volume e simples administração (a cada quatro semanas) disponível no Brasil.

Lista de espera do Sisu

Os candidatos selecionados pela lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2025 começaram a ser convocados na última quarta-feira (12) pelas instituições públicas de ensino superior participantes do programa. A maioria das instituições é da rede fe-

deral (universidades públicas e institutos federais), o que significa que o estudante não precisa pagar mensalidade para estudar no local.

O Ministério da Educação (MEC) esclarece através de nota que não publica lista de espera do programa.

Programa Pé-de-Meia

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu nesta quarta-feira (12) liberar os pagamentos do programa Pé-de-Meia que estavam bloqueados. O programa é promovido pelo governo federal para estimular a permanência de estudantes do ensino médio na escola.

O tribunal também concedeu ao governo federal prazo de 120 dias para regularizar o programa e inserir os gastos no Orçamento de 2025, que ainda está em tramitação no Congresso. O TCU aceitou um recurso do governo federal para liberar os repasses.

Estados apoiam adaptação às mudanças climáticas

Onze estados e o Distrito Federal assinaram o termo de adesão

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima deu início à adesão dos estados brasileiros ao Programa AdaptaCidades, nesta quarta-feira (12), durante o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas (ENPP), em Brasília. Onze estados e o Distrito Federal assinaram o termo de adesão para que seus municípios possam acessar a capacitação que orientará as administrações na elaboração dos planos municipais de adaptação e acesso aos recursos.

“O AdaptaCidades é um reconhecimento de que já estamos, infelizmente, neste momento de mudança do clima que adaptar não é mais uma opção, é uma necessidade, é uma urgência. A gente vai fazer parceria com os estados e, através dos estados, com os municípios. Vamos começar com 260 cidades, mas as cidades e os estados estão ficando tão animados que eles próprios já estão trazendo novos recursos para ampliar o programa”, ressaltou Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima.

Segundo a secretária, a iniciativa foi estruturada em quatro eixos de suporte às gestões municipais: capacitação para



O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima deu início à adesão dos estados

desenvolvimento dos planos de adaptação; orientação para planejamento; informações estratégicas sobre riscos e vulnerabilidade; e orientações sobre financiamento para ações locais de adaptação.

Segundo a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, serão investidos inicialmente R\$ 15 milhões, do Fundo Verde para o Clima para que as cidades possam se

adaptar às mudanças climáticas adotando planejamentos setoriais, como foi estruturado no Plano Clima Adaptação no âmbito federal e seguindo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. “Quem pode mais tem que fazer mais, quem pode menos faz menos”, destacou.

Além do planejamento municipal, o programa busca gerar capacidade técnica para a elaboração de novos proje-

tos de adaptação capazes de acessar outros recursos disponíveis, como o do Fundo Clima, que atualmente dispõe de R\$ 10,4 bilhões e é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com Ana Toni, a adaptação das cidades é um dos objetivos previstos nas modalidades de financiamento do fundo e os recursos não são alocados por tema.

Cobertura para tratamento do câncer

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) abriu consulta pública para discutir a inclusão, na cobertura obrigatória de planos de saúde, do medicamento Tibsovo (ivosidenibe) para o tratamento de colangiocarcinoma, um tipo raro e agressivo de câncer que afeta as vias biliares.

Em nota, a agência informou que o medicamento é indicado especificamente para pacientes adultos com câncer localmente avançado ou metastático, com mutação no gene IDH1 e que já foram tratados anteriormente com pelo menos uma linha prévia de terapia sistêmica.

“De acordo com o estudo Claridhy Trial, publicado no The Lancet em 2020, o uso do ivosidenibe em pacientes com essa mutação específica reduziu em 63% o risco de progressão ou óbito. Seis meses após o início do tratamento, cerca de 30% dos pacientes em uso de ivosidenibe ainda não haviam progredido, sen-



Consulta pública até o dia 25 pelo site da agência

do que no grupo não tratado todos os pacientes já haviam progredido nesse período.”

O colangiocarcinoma, segundo a ANS, é um tipo de câncer raro que acomete os ductos biliares intra-hepáticos e extra-hepáticos e representa 15% dos tumores hepáticos primários. “Não existem dados epidemiológicos específicos para essa neoplasia na população brasileira, mas sabe-se que o câncer no fígado, incluindo o colangiocarcinoma, acomete, a cada ano,

menos de cinco pessoas a cada 100 mil habitantes no Brasil, conforme aponta o Instituto Nacional do Câncer (Inca).”

Ainda de acordo com a agência, cerca de 70% dos pacientes com esse tipo de câncer são diagnosticados em estágios avançados da doença, já que, muitas vezes, não há sintomas nas fases iniciais ou os sinais passam despercebidos por não serem específicos para o colangiocarcinoma. “Além disso, trata-se de um câncer agressivo, de progressão rápida e com

poucas opções terapêuticas em linhas avançadas”.

“Nesse cenário, o novo medicamento avaliado pela ANS traz uma oportunidade terapêutica para um grupo de pacientes com colangiocarcinoma localmente avançado/metastático e com mutação em IDH1 que, até então, não possuíam opção de tratamento-alvo disponível.”

“Após uma série de estudos e resultados robustos que comprovaram sua eficácia e segurança, o quimioterápico oral Tibsovo foi aprovado pela Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] em abril de 2024 e começou a ser comercializado em setembro. O medicamento também já foi aprovado por agências reguladoras de países da Europa, Oceania e nos Estados Unidos”, completou a ANS.

A consulta pública segue aberta até o próximo dia 25 e figura como última etapa antes da recomendação final da agência reguladora.

STF

Divulgação de nomes de médicos e seus horários

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, validou uma lei do Município de São José do Rio Preto (SP) que determina a divulgação, em unidades públicas de saúde, de uma lista com nomes, especialidade e horários de atendimento de todos os seus profissionais de área e suas especialidades.

A decisão foi dada no Recurso Extraordinário, movido pelo MP-SP contra decisão do TJ-SP, que havia invalidado a Lei municipal 14.595/2022, por ser de iniciativa parlamentar, e não do Executivo. Segundo o MP-SP, a divulgação das informações é uma medida de transparência e, por si só, não altera nem cria atribuições.

STJ

STJ lança novo motor de inteligência artificial

O Superior Tribunal de Justiça apresentou, na terça, o “STJ Logos”, seu novo motor de inteligência artificial (IA) generativa.

Desenvolvido inteiramente no próprio tribunal, com o objetivo de modernizar a análise e a elaboração de conteúdos judiciais, o sistema oferece suporte direto aos gabinetes dos ministros para acelerar e tornar mais eficiente a produção de decisões.

O STJ Logos já está sendo utilizado por magistrados e servidores, e funciona como um acelerador na análise e na elaboração de documentos. O objetivo principal é auxiliar na execução de tarefas repetitivas.

TSE

36 novos Pontos de Inclusão Eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) vem ampliando o acesso dos cidadãos à Justiça Eleitoral com a instalação dos Pontos de Inclusão Eleitoral (PIELs) em todo o estado. Nas cidades que já contam com o PIEL, a população não precisa mais se deslocar para localidades vizinhas para tirar o título ou fazer o cadastramento biométrico, por exemplo. A iniciativa faz parte do projeto do Regional de ofertar serviços eleitorais em todos os municípios que não têm cartórios eleitorais ou postos de atendimento do órgão.

De 30 de janeiro a 7 de fevereiro, 36 novas unidades foram inauguradas.

TCU

Financiamento da atenção em saúde e melhorias

O Tribunal de Contas da União (TCU), por intermédio da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (Aud-Saúde) e do Instituto Serzedelo Corrêa (ISC), informa que já estão abertas as inscrições para o encontro “Cuidado de saúde baseado em valor e sustentabilidade dos sistemas universais de saúde”.

O curso acontece no próximo dia 24 de fevereiro, das 14h30 às 17h, e pretende sensibilizar todos os potenciais atores interessados no modelo atual de financiamento da atenção em saúde para a importância dos requisitos fundamentais à entrega de valor ao usuário do SUS.